

COMPARANDO FORMAS DE SE IMAGINAR E NARRAR A NAÇÃO DAS AMÉRICAS: AS EXPERIÊNCIAS ARGENTINA, BRASILEIRA E NORTE-AMERICANA.

Aluno: Ricardo da Luz Jacob
Orientador: Prof. Marco Antônio Pamplona

Introdução

A construção da nacionalidade em terras americanas, principalmente após as guerras de independência ocorridas durante o final do século XVIII e início do século XIX, foi um dos desafios mais importantes dos homens daquele período. Ao assumirem o controle político, as elites locais das regiões que compreendiam os antigos Vice-Reinos e as mais importantes províncias coloniais, interessadas em manter a unidade territorial de suas respectivas regiões, também tiveram de operar no sentido de impedir que as comunidades e territórios que haviam acabado de se tornar independentes politicamente, se fragmentassem devido a divergências oriundas de disputas políticas e econômicas, ou mesmo diante da diferenciação cultural que marcava muitas regiões.

Dentro desse contexto, pensaremos, numa perspectiva comparada, as experiências brasileira e norte-americana. Apesar de compartilharem algumas semelhanças – ambos são países com territórios “continentais”, colonizados inicialmente a partir do seu litoral atlântico, tendo como uma de suas marcas a utilização da mão de obra escrava, etc. – suas respectivas experiências de expansão demonstram grandes e relevantes diferenças, apresentando-nos caminhos completamente distintos quanto à questão da conformação de suas identidades, tanto étnica quanto cultural e política.

As independências políticas e o surgimento de novos Estados, apesar de não serem, pelo menos em termos históricos, muito distanciadas umas das outras – cerca de meio século entre elas –, guardaram entre si particularidades importantes: enquanto os EUA romperam com os laços políticos que os uniam à metrópole, redefinindo-os na experiência americana da república, o Brasil teve a partir de uma continuidade da própria casa real da metrópole o agente primordial do seu processo de independência, tendo inclusive “herdado” uma forma de governo monárquica, ainda que constitucional, desde o início.

Os EUA foram formados sob a égide do trabalho livre nos estados nortistas e do sistema escravocrata nos estados sulistas, sendo esse vencido apenas com o fim da Guerra Civil. E, embora não solucionado ainda o problema da assimilação do negro como cidadão de plenos direitos dentro daquela sociedade, houve importantes progressos tanto no campo legal quanto no campo das discussões sobre a mesma. A escravidão, entre nós, foi a espinha dorsal do Império brasileiro e demarcou as relações tanto econômicas quanto sociais, oficialmente, até o final do século XIX, ainda que seus efeitos adentrassem oficiosamente o século XX.

Tais diferenças, que talvez se possam definir como provenientes da história da colonização em cada caso, demarcaram também o modo como trabalhou-se no período independente com a questão da identidade nacional. Nos muitos relatos que vigoraram até o início do século XX, admitia-se que enquanto no Brasil o principal agente unificador, responsável pela sua identificação enquanto nação para os habitantes das diferentes províncias e regiões era associado ao próprio Estado, à ação centralizadora do governo, nos Estados Unidos o agente principal na construção da nação costumava vir identificado às relações

econômicas diversificadas e à grande mobilidade territorial da população, que se seguiu ao movimento migratório para o Oeste.

No final do século XIX e inícios do século XX, pois, a questão da identidade nacional assumiu um grau de importância muito grande dentro dessas sociedades e ocupou boa parte da produção literária e acadêmica de conhecidos intelectuais nos dois países. O século XIX registrou momentos de rápidas mudanças sociais e políticas. No Brasil, a Abolição e a Proclamação da República; nos Estados Unidos, a Guerra Civil –, todas elas mudanças que, aos olhos dos contemporâneos, pareciam ameaçar suas integridades, e os Estados-nação modernos em consolidação. Levas migratórias, urbanização acelerada e industrialização, acrescidas de mudanças políticas traziam consigo câmbios sociais irreversíveis.

É referida a este último contexto que procederemos à análise da produção de dois proeminentes intelectuais da virada do século: no caso brasileiro, o autor trabalhado será Joaquim Nabuco, e no caso norte-americano, Frederick Jackson Turner. Suas obras concorreram entre as mais influentes em suas respectivas sociedades, e produziram interpretações acerca de suas realidades, que merecem ainda hoje serem revisitadas.

A questão da Nação na obra de Joaquim Nabuco

Biografia [1]

Nascido em 19 de agosto de 1849, na cidade de Recife, Pernambuco, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo descendia de duas importantes famílias nordestinas: dos “Nabuco de Araújo”, por parte de pai, influente família baiana que já havia formado senadores desde o Primeiro Reinado, e dos “Paes Barreto”, por parte de mãe, importante família de Pernambuco.

Aos sete anos mudou-se para junto de seus pais, na capital do Império, para onde estes haviam ido anos antes, quando Nabuco de Araújo fora eleito Deputado Geral. Dez anos mais tarde inicia o curso de Direito na Faculdade de São Paulo, e o conclui, em 1870, na Faculdade de Direito do Recife, para onde transferiu-se um ano antes. No mesmo ano mudou-se para o Rio de Janeiro para trabalhar inicialmente no escritório do pai, eminente juriconsulto, senador, ministro imperial e liderança do Partido Liberal, Nabuco de Araújo. Acaba iniciando sua carreira no jornalismo por meio do jornal “A Reforma”, que defendia princípios liberais.

Em 1872, após ter publicado seu primeiro livro, “Camões e os Lusíadas”, Joaquim Nabuco fez sua primeira viagem à Europa, onde ficou por um ano. Neste mesmo ano publicou ainda um outro trabalho, “Le droit du meurtre”, em homenagem ao filósofo e historiador francês Ernst Renan, pensador que teve grande influência ideológica sobre Nabuco, autor de *A vida de Jesus* (1861), obra em que narra a vida de Jesus seguindo as tendências *criticistas* e positivistas da época.

As viagens ao exterior também influenciaram sobremaneira o pensamento de Nabuco, como não poderia deixar de ocorrer em um homem antenado com sua época. Assim, quando sua primeira experiência num cargo público o levou, como adido da legação brasileira, aos Estados Unidos em 1876, período ainda conturbado da história norte-americana devido à Guerra Civil, podemos imaginar como tal experiência de descontrole e instabilidade política num governo republicano – em um país que, como o Brasil, necessitava de reformas em sua estrutura social – o influenciou enquanto defensor da monarquia brasileira.

Dois anos mais tarde Nabuco, com o apoio do Barão de Vila Bela, é eleito, pelo Partido Liberal, deputado geral pela província de Pernambuco. Nesta sua primeira experiência como deputado, destacam-se o início de sua campanha pela Abolição, junto com outros jovens deputados, e também o seu posicionamento contrário a uma missão brasileira à China que visaria o estímulo à migração de chineses para o Brasil. Joaquim Nabuco vetava o que chamaria de “mongolização do país”, o que deixa claro que, segundo sua concepção, a nação brasileira deveria ser constituída sobre os alicerces étnico e cultural europeus.

Em 1880 cria a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, agravando ainda mais sua relação tanto com as elites conservadoras da época, como com o seu próprio partido. Não consegue reeleger-se deputado e, em 1882, após nova frustrada tentativa de eleger-se deputado, parte para a Inglaterra, onde passa a trabalhar como advogado e jornalista. Nesse período escreve um dos seus principais livros, “O Abolicionismo”, que seria publicado somente em 1884. Neste ano, Nabuco conseguiu eleger-se novamente deputado por Pernambuco, defendendo a causa do abolicionismo.

Nesse segundo mandato de deputado, Nabuco apresenta à Câmara um projeto em favor da federação das províncias. Ao tentar atender a antigos anseios regionalistas, tal projeto demonstra também a preocupação de Nabuco com a questão da administração dos conflitos de interesses regionais, ainda que assegurando a unidade territorial do império.

Não se reelege na eleição seguinte, retornando à Câmara somente em 1888. Nesse ano, o Gabinete conservador João Alfredo consegue, com o apoio de Nabuco, conseguir aprovar a Lei Áurea, abolindo a escravatura.

Em 1889 casa-se com d. Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do barão de Inhaú. Nesse ano Nabuco ainda se reelege deputado por Pernambuco e, para sua tristeza, em novembro ocorre a queda da monarquia, por meio de um golpe militar que tinha como objetivo inicial derrubar o Gabinete Ouro Preto. Nabuco recusa-se a postular uma cadeira na Assembléia Constituinte, alegando ser monarquista.

A recusa em trabalhar “para” um governo republicano, fez com que Nabuco voltasse a se dedicar exclusivamente à advocacia e ao jornalismo, tornando-se, em 1891, colaborador do recém-criado *Jornal do Brasil*, de tendência monarquista. No ano seguinte mudou-se para a Inglaterra, onde permaneceu por vários anos, e reencontra-se com a sua esquecida fé católica, e atravessa um período de fecunda atividade intelectual.

Nesse período de “exílio”, Nabuco escreve livros e artigos para jornais e revistas; entre os livros mais importantes estavam *Balmaceda* (publicado em 1895), sobre a guerra civil no Chile; *A intervenção estrangeira na Revolta de 1893* (publicado em 1896), onde analisa o desenrolar da disputa e seus principais personagens; entre 1896 e 1899 escreve e publica *Um Estadista do Império*, considerada sua maior obra, em que analisa, por meio da biografia de seu pai, grande parte do Segundo Reinado; e, em 1900, reúne em livro suas memórias, em uma autobiografia intitulada *Minha Formação*.

Ratificando a sua relevância no cenário letrado local, Nabuco ingressa, no ano de 1896, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, no mesmo ano, participa da fundação da Academia Brasileira de Letras, tendo sido o seu primeiro Secretário.

No ano de 1899 ocorre a primeira aproximação entre Nabuco e o governo republicano, quando este aceita o convite para defender o Brasil numa disputa com a Inglaterra que envolvia questões relacionadas à fronteira entre o Brasil e a Guiana Inglesa. Nesse período inicia-se o seu afastamento do grupo monarquista e a conciliação com o governo, ratificada no ano seguinte quando aceita, por influência de Rio Branco, fazer parte do corpo diplomático brasileiro, e assume o cargo de chefe da legação brasileira em Londres.

A via diplomática era, naquele momento, o meio de atuação política mais condizente com as idéias defendidas por Nabuco, pois tratava-se de um órgão supra-partidário, onde não teria de se envolver diretamente com a política partidária, desprezada por Nabuco já em fins do período imperial. Nesse sentido, a atuação diplomática seria um meio de servir aos interesses nacionais sem, no entanto, ter de se incorporar ao novo panorama político brasileiro.

Em 1905 é criada a Embaixada do Brasil em Washington, Estados Unidos, e Nabuco a assume. Nesse período passa a defender com afinco o pan-americanismo, acreditando num papel de liderança dos Estados Unidos perante os outros estados da América, tendo inclusive organizado, em 1906, na cidade do Rio de Janeiro, a III Conferência Pan-Americana.

Durante o período em que foi o responsável pela embaixada nos Estados Unidos, Nabuco percorreu diversos estados e universidades norte-americanas proferindo palestras e conferências, que mais tarde seriam compiladas e publicadas. Permaneceu à frente da Embaixada até 1910, ano de sua morte.

Nabuco em seu tempo

O cenário intelectual e político brasileiro nas décadas finais do século XIX, no qual se insere Joaquim Nabuco, era fortemente marcado por uma cultura que oscilava entre “democrática” e “científica” – como diz Maria Tereza Chaves de Mello [2], onde conceitos como *civilização* e *progresso* estavam sempre presentes nos discursos e discussões. O republicanismo, que ganhava cada vez mais espaço, e, principalmente, o positivismo, corrente

filosófica de grande inserção entre os militares e a “baixa intelectualidade”, estavam entre as correntes de pensamento que exerciam maior influência sobre os pensadores à época.

A disseminação do pensamento republicano e positivista se fez acompanhar de um processo de crescente rejeição ao governo imperial, tendo tais ideários contribuído, ao seu modo, também, para a “dessacralização” e enfraquecimento do regime. O descontentamento das elites políticas e econômicas regionais, e de outros setores da sociedade, com o governo, ou mesmo com o modelo de governo, devido à sua incapacidade de implementar reformas estruturais consideradas imprescindíveis, foi fator determinante para o crescimento dessas correntes de pensamento. Questionava-se, enfim, se o regime monárquico era o mais indicado para uma sociedade que desejava o progresso e a civilização.

Nabuco se inseria nesse contexto como defensor do regime monárquico, mas também das reformas, principalmente no que dizia respeito à questão da escravidão. O autor considerava que o governo monárquico – forte e centralizado – era o único capaz de realizar as reformas liberais ansiadas por grande parte das elites intelectuais e políticas, como era o caso da abolição da escravidão. Era ele o único com força política suficiente para evitar disputas regionais que levassem seja à fragmentação política, seja à guerra civil. Nesse sentido, os exemplos fornecidos pela história dos países americanos – a América Latina e sua fragmentação política e os Estados Unidos e sua guerra civil – argumentavam a seu favor. Inspirado pelo pensador francês Ernest Rénan, Nabuco costumava atribuir grande importância à história para se compreender e ratificar as ações do presente.

Sua atuação política ao longo da década de 1880 deixa claro que a questão social era crucial e seu enfrentamento fazia-se necessário para a saúde da nação. De acordo com o pensamento em voga na época, Nabuco entendia que o país deveria trilhar os caminhos do progresso, tendo como principal referência de civilização a Inglaterra e a França. Em sua visão, a escravidão era uma instituição que se opunha ao progresso, representava o atraso, degradando não somente a condição do escravo, mas a da sociedade como um todo.

No entanto o autor entendia que essa reforma no tecido social deveria ocorrer dentro da legalidade, sob o comando do Estado, a fim de evitar qualquer tipo de sublevação que viesse a pôr em perigo a hierarquia social estabelecida. É importante frisar que, apesar de abolicionista, Nabuco, assim como grande parte da intelectualidade “branca” do mundo ocidental à época, entendia que havia uma superioridade racial ou cultural do branco perante outras etnias e culturas.

Assim, a abolição da escravidão deveria ocorrer como parte de um planejamento maior que visaria o progresso da sociedade. Num primeiro momento, a abolição já seria um passo rumo ao progresso, mas este só poderia ser alcançado em sua expressão maior – a civilização – em uma sociedade branca, nos moldes europeus. As políticas de incentivo à imigração européia implementadas pelo governo principalmente a partir da década de 1890 correspondiam a esse projeto de “branqueamento” da sociedade.

Devido à instabilidade política que Nabuco acreditava viria com o regime republicano – e sobre isso, lembrava experiências anteriores de outros países e do próprio período regencial brasileiro – seria impossível, em sua concepção, levar a cabo tais reformas sociais. Elas se relacionavam não só à abolição, mas também à educação e à propriedade. Tais reformas sociais faziam parte de uma agenda mais ampla de reformas que objetivavam uma profunda reformulação nas características sociais, políticas e econômicas do país, operando a “modernização internacionalista” [3]. Além disso, seriam também um meio de incorporar ao aparelho burocrático estatal uma crescente “*intelligentsia*” [4], formados principalmente nas faculdades de Direito de Recife e São Paulo, que não encontravam o seu lugar no sistema político-administrativo do Império e tornaram-se as principais vozes a clamar pelas mesmas [5].

Diante da questão das reformas, a discussão se centrava, no cenário político e intelectual da época, na capacidade ou não do governo monárquico em executá-las. Nabuco entendia que as reformas deveriam ser operadas pelo Estado imperial, por meio das leis. Para isso, como destaca em *Um Estadista do Império*, seria imperativo a elaboração do Código Civil do Império.

A produção deste código já vinha sendo encomendada desde a década de 1850 a ilustres juristas brasileiros, sem que nunca fosse finalizada, e ficou durante boa parte da década de 1870 (de 1873 a 1878) sob a responsabilidade de Nabuco de Araújo. Este, no entanto, após ter prorrogado o prazo de entrega do mesmo (inicialmente de cinco anos), faleceu sem ter ao menos rascunhado o Código.

Ao especular sobre o aspecto que teria o Código elaborado por seu pai, Nabuco destacou o que seria sua qualidade prática: seria um Código voltado não para grandes abstrações jurídicas, mas sim voltado para a realidade social brasileira. Segundo palavras do próprio filho, “...Nabuco faria um código para o Brasil, mas que refletisse o progresso, o maior adiantamento da civilização (...) seria influenciado por estes dois espíritos simultaneamente: o de reforma e o de veneração” [6]. O autor destaca o que chamou de “função social” que o mesmo deveria desempenhar, sendo o principal agente das reformas sociais, mas regulando-as e delimitando-as.

As disputas partidárias travadas na Câmara, sempre balizadas pelos respectivos interesses das partes envolvidas, direta ou indiretamente, demonstravam o quão desprezadas tais partes eram dos interesses *mais gerais da nação*. Certamente tais “interesses” deveriam estar ligados à manutenção da centralidade política e determinados privilégios eram garantidos pela instituição monárquica, no momento de se legislar e executar as reformas.

Nabuco entendia que somente a monarquia, na figura do Imperador, poderia se sobrepor a tais disputas partidárias, logo, cabia a ela executar as reformas necessárias ao “progresso da nação”, concebidas pelo código de ordenamento civil. Esse pode ser considerado um dos aspectos mais relevantes presentes no ideário de Nabuco, que o tornava defensor do papel central da monarquia no Estado brasileiro.

Devido à ausência de uma regulamentação mais forte e específica teria se desenvolvido, a partir de 1873, a chamada “questão religiosa” – o que acabou influenciando todo o panorama político até a queda da monarquia. Esta fora motivada pela decisão dos bispos de Olinda e do Pará de acatarem as ordens do Papa Pio X, emitidas por meio da encíclica *Syllabus*, exigindo que todos os membros de sociedades secretas de natureza maçônica fossem expulsos das irmandades católicas às quais pertencessem, desconsiderando, assim, o direito de beneplácito do Imperador.

O Império do Brasil trazia em sua constituição, como herança do período colonial, a instituição do *Padroado*, onde a Igreja necessitava da aprovação e dos recursos do Estado para desenvolver suas iniciativas em terras brasileiras, além de ficar a cargo do Estado a nomeação dos bispos. Essa política *regalista* começara a encontrar opositores dentro da Igreja, principalmente a partir da década de 1850, período em que se inicia o crescimento no Brasil da vertente religiosa *ultramontana*, que considerava essa relação do Estado com a religião um obstáculo para se atingir uma religiosidade mais espiritualizada.

Esse principal atrito entre a Igreja Católica e o Estado imperial brasileiro teve sua origem em meados da década de 1860, quando o papa Pio IX publicou a encíclica *Syllabus errorum*, e condenou a Maçonaria, responsabilizando-a pela crescente impiedade do mundo. A Maçonaria no Brasil representava, como disse Neves [7], um importante espaço de sociabilidade para as elites, sendo o próprio Imperador e mesmo alguns padres de inegável convicção regalista, membros de lojas maçônicas.

No ano de 1873, o recém-nomeado bispo de Olinda D. Vital, após inúmeras rúsgas trocadas pela imprensa com lideranças maçônicas locais, decidiu expulsar das irmandades

católicas todos os membros que tivessem ligações com lojas maçônicas, inclusive o líder do Partido Liberal na província. Tal atitude estava amparada em um “breve” publicado naquele ano pelo papado, que ordenou aos bispos brasileiros que acabassem com as irmandades “infestadas pela Maçonaria”. O “breve”, entretanto, não tinha ganho o beneplácito do Imperador, como mandava a Constituição imperial.

A atitude de D. Vital incentivou o bispo do Pará D. Antônio de Macedo Costa, a proceder da mesma maneira. A situação acabou ganhando enormes proporções, ecoando pelo império, principalmente entre os Liberais, que viam em tais episódios uma tentativa de ingerência do papado nos assuntos brasileiros. Ainda segundo Neves, sob pressão dos Liberais o gabinete conservador Rio Branco acionou o solicitador-geral da Coroa, que denunciou os dois bispos criminalmente.

O episódio acabou gerando grande comoção popular, em diversas províncias, em apoio aos bispos presos. Mesmo com a anistia concedida pelo governo em 1875, a imagem da monarquia saiu abalada perante a grande maioria da população, seja devido à falta de pulso na condução da crise, seja por demonstrar o caráter arbitrário de suas instituições, além de ter criado uma irreparável chaga na sua relação com a Igreja Católica.

No capítulo dedicado por Nabuco a essa questão em *Um Estadista do Império*, o autor destaca o que seria uma postura intempestiva do imperador diante da situação, ignorando as “prudentes” recomendações do Conselho de Estado, inclusive de seu próprio pai, um dos conselheiros. Ignorando o papel de seu próprio partido no desenvolvimento da questão, Nabuco atribui quase toda a responsabilidade ao imperador, eximindo até mesmo o chefe do gabinete Visconde do Rio Branco.

O gabinete conservador Rio Branco (1871-75) tinha propostas de reformas; porém, segundo Mello, encontra “barreiras” para a sua total realização [8]. É possível que a “questão religiosa” tenha tido influência na não-conclusão das reformas propostas pelo gabinete, e nenhum outro gabinete conseguiu encaminhar o programa das reformas. Nesse sentido, a política adotada pelo governo, com aprovação e/ou influência dos liberais, na condução da questão, acabou em parte impedindo a aplicação das reformas. Nabuco silencia quanto a este incidente, preferindo destacar o “caráter democrático” que a monarquia brasileira revelou na situação.

O autor interpretou que, ao travar esta batalha com a Igreja, tendo como prerrogativa a própria soberania da Constituição, o Imperador se destituía de interesses pessoais que visavam a manutenção do seu próprio poder, sustentando seu regime somente na “aspiração nacional”, e não sobre pilares artificiais [9].

A idéia de democracia presente em Nabuco, então, não se restringira apenas à eleição de governos e representantes por meio do voto, mas sim representava a qualidade de um governo em atuar somente de acordo com as leis e com o que julgava melhor para a nação, longe de disputas partidárias que visariam apenas os anseios de particulares. E nesse sentido, a monarquia representaria a única instância de governo capaz de representar minimamente tais *interesses da nação*.

Estes interesses, ligados à questão das reformas, como já foi mencionado anteriormente, seriam o conjunto de medidas de reestruturações: a social, principalmente a que seria feita por meio da Abolição; a política, por meio da federação; e a econômica, com a modernização, industrialização e (re-)inserção na economia-mundo sob novos parâmetros. Todas essas reestruturações respeitariam as instituições, as características e os projetos considerados centrais para a nação.

No entanto essas demandas originam-se em um determinado “lugar” da sociedade, balizadas por diferentes projetos para esta nação. É notável a influência, principalmente nas décadas de 1870 e 80, do positivismo e do cientificismo nestes projetos: a nação deveria

rumar para o progresso, para a civilização, e abandonar tudo aquilo que lhe prendia no “atraso”, o regime monárquico, a Igreja e a escravidão, juntamente com o *negro* [10].

Joaquim Nabuco, que se ocupou durante quase toda a sua carreira política com a questão da escravidão, a identificava como uma instituição que somente contribuía para a degradação da sociedade e da nação brasileira, por criar, entre outras coisas, um elemento estranho à mesma, uma vez que a massa de elementos subjugados à condição de escravos, obviamente não fazia parte do corpo de cidadãos que conformavam aquela nação, e, talvez, representasse mesmo uma ameaça.

Porém, Nabuco também considerava o elemento *negro* um fator negativo na conformação do tecido social brasileiro. Em confluência com as teorias racialistas então em voga na Europa, as quais afirmavam *cientificamente* a superioridade racial do homem branco, europeu, sobre os demais, Nabuco, como grande parte dos intelectuais do período, entendia o indígena e o negro como elementos secundários na composição da nação. Estes teriam tido papel relevante somente na adaptação do europeu aos trópicos, e, no caso do negro, como força de trabalho escrava [11].

Em determinado momento da polêmica desenvolvida, ainda na década de 1870, com José de Alencar, tratando da forma como o literato retrata o povo brasileiro, valorizando a figura indígena, Nabuco diz que “os índios (na obra de Alencar) ...não são verdadeiros selvagens. A humanidade para chegar do estado em que ainda hoje acham-se os nossos selvagens do interior, ao de *nossa civilização moderna* atravessou milhares de anos” [12]. Nota-se claramente que sua idéia de civilização e progresso estava intimamente ligada à civilização *européia*, assim como sua identificação cultural e racial.

A escravidão, num primeiro momento, seria a principal mazela que atormentava a nação brasileira, corroendo-a e corrompendo-a. Nesse sentido, o negro em si não era tido como o principal problema, mas sim a sua condição de escravo. Porém, após a abolição da escravidão, seria operada uma reestruturação gradual do tecido social brasileiro, principalmente por meio da política de incentivo à imigração européia, priorizando assim a figura do imigrante branco europeu em detrimento do ex-escravo negro. O negro, assim como o índio, representava o atraso, e numa sociedade que se entendia como herdeira dos princípios de civilização europeus, tais elementos deveriam fazer parte apenas de sua história. O projeto de “embranquecimento” da população por meio não só da política de imigrações do trabalhador europeu, mas também da eliminação, por diversas formas, do negro e indígena “brasileiros”, teve forte apelo em fins do século XIX, perdurando pelas próximas décadas.

Resenhas de livros produzidas durante a pesquisa:

Joaquim Nabuco, um pensador do Império.

Logo na Introdução do livro *Joaquim Nabuco, um pensador do Império*, o autor Ricardo Salles assinala o distanciamento que se pode notar entre Joaquim Nabuco e os intelectuais de sua época, o que o autor acha fundamental. Tal distanciamento, que não deve ser lido apenas como um afastamento do cenário político ou social, referido a seu posicionamento político particular e, por isso mesmo, um tanto isolado em relação à conjuntura política de seu tempo, o autor considera fundamental para que se pudesse utilizá-lo (sua biografia e a leitura que o próprio Nabuco fez de seu tempo) como uma fonte para a elaboração de um estudo a respeito daquele período histórico. A respeito desse distanciamento, o historiador americano John Gaddis, através de seu texto *Paisagens da História* (GADDIS, 2003), trabalha salientando sua importância quando se procura analisar determinado período ou fato histórico. Fazendo uma analogia com uma paisagem, Gaddis

coloca que tal distanciamento é fundamental para que possamos ter um horizonte mais alargado e, logo, uma imagem mais completa e mesmo inteligível da “paisagem”. Salles acredita que a situação de Nabuco no panorama político de sua época o permitiu tal distanciamento, seja ao tratar das questões sociais de sua época, como em *O Abolicionismo* (1883), ao tratar dos panoramas políticos do Império durante o Segundo Reinado, como fez na biografia de seu pai *Um Estadista do Império* (1897), ou da primeira década da República, como fez em certa medida na autobiografia *Minha Formação* (1900).

Ricardo Salles procura analisar, baseado na biografia e documentação a respeito de Joaquim Nabuco, um constante diálogo com a historiografia contemporânea, e análise de seu “projeto de nação”, a conjuntura das questões relacionadas ao período, a leitura que Nabuco faz a respeito das mesmas, e seu impacto dentro da sociedade brasileira, ou do povo, em geral.

Tal “projeto de nação” tinha como principais bases a questão da unidade política e territorial e, acima de tudo, a busca de uma reestruturação do tecido social brasileiro, que, maculado pela escravidão, contribuía para o subdesenvolvimento da civilização brasileira.

Para Nabuco, a Monarquia seria o único sistema de governo que tinha a possibilidade de garantir a unidade política e territorial da nação, pois considerava que devido à instabilidade em algumas províncias e regiões do Brasil, a ausência de uma instituição sólida que se impusesse dentro da sociedade com autoridade, levaria tais regiões ao ressurgimento ou fortalecimento de um sentimento perigoso de auto-suficiência e/ou auto-governabilidade, que eclodiriam em grandes e inevitáveis revoltas separatistas, principalmente em regiões onde já se haviam tido revoltas nesse sentido.

Outro fator que teria pesado nessa posição de Nabuco quanto ao regime republicano, teria sido seu contato com o próprio republicanismo, enquanto esteve em sua primeira passagem pelos Estados Unidos, na década de 1870. Embora abordada por Ricardo Salles, essa questão é mais amplamente discutida por João Frank da Costa, em *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil* (1968). Segundo Costa, essa primeira experiência de Nabuco nos Estados Unidos, logo, com o sistema republicano, pode ser considerada um tanto traumática, devido ao quadro em que se encontrava a situação daquele país naquele momento (por volta de 1876). Os Estados Unidos haviam acabado de viver sua guerra civil, o ambiente era ainda irrequieto, como diz o próprio Costa: a atual situação americana “... era caracterizada pelos escândalos no Sul, pela violência das lutas políticas, pelas fraudes eleitorais, pelo espírito de facção, pela lei de Lynch. Nabuco ficou impressionado desfavoravelmente.” (p. 84).

Nabuco, acima de tudo, considerava um governo republicano inapropriado para aquele momento também devido ao baixo grau de civilidade da sociedade. Considerava que a mesma se encontrava marcada toda ela pela instituição da escravidão e seus resultados sociais, que, através do grande contingente de população negra trazida para o Brasil e da grande miscigenação que ocorria em terras brasileiras, o negro já fazia parte mesmo da nação, infiltrada no meio da sociedade, e não apenas uma parcela restrita e “distante” da sociedade. Logo essa afronta à condição moral do negro era uma afronta a condição moral do próprio povo brasileiro. E ainda havia, para Nabuco, a questão moral da escravidão; apesar de ser adepto de algumas teorias racistas, ou racialistas, de superioridade da raça branca, Nabuco deixa claro que isso não justifica tal ação, que iria contra o sentido de progresso da civilização. Para Nabuco, uma sociedade que tenha em suas bases uma instituição como a escravidão, estaria sempre atrasada em relação a uma outra que não a possuísse. Logo, devido a esse “atraso” em que se encontrava o nível da civilização brasileira, Nabuco conclui que um governo Republicano nesse momento só serviria para aprofundar ainda mais essa disparidade que se encontrava dentro da sociedade. Era preciso que primeiro esta marca fosse definitivamente apagada, através da abolição imediata e sem indenizações da escravidão, e de um programa de inclusão social dessa massa, que viria através de uma reforma agrária que lhes garantisse terra e trabalho, e da educação.

Uma das leituras possíveis de serem realizadas, então, seria que Nabuco não defendia a Monarquia simplesmente por convicção ideológica, mas a defendia pois acreditava ser a mais adequada para esse momento de formação e consolidação da nação brasileira. A Monarquia conformava e assegurava a identidade do Brasil enquanto nação naquele momento. Porém conforme se fosse ampliando as reformas sociais, a questão da miscigenação é que seria o cerne da identidade brasileira: o branco, cultural e racionalmente superior, segundo as visões da época, teria se unido etnicamente ao negro e ao índio, mais habituados às árduas condições de vida dos trópicos, para forjar essa civilização com os moldes europeus, porém deslocada aos trópicos. Essa miscigenação, no entanto, seria fruto de um primeiro momento, pois a tendência, conforme o tempo fosse passando e a sociedade melhor se ajustando, seria o branqueamento da população.

Tais idéias foram trabalhadas por Nabuco em *O Abolicionismo*, obra produzida em 1883 enquanto estava em Londres. É interessante frisar que Nabuco, apesar de colocar a abolição como questão central e que deveria ter caráter de urgência, afirmava que deveria ocorrer dentro do campo da legalidade, mostrando uma postura mais moderada com relação a alguns de seus partidários, que defendiam e mesmo promoviam rebeliões e fugas de escravos.

Após os eventos de 1888 e 1889, Nabuco encontrava-se desiludido a respeito do futuro da nação brasileira, agora entregue a um governo militar, com uma elite latifundiária ressentida devido à Abolição, e sem expectativas de inclusão social das camadas mais baixas, principalmente ex-escravos. Talvez devido a essa desilusão, ou talvez devido a real percepção de um perigo maior, o pensamento de Nabuco mais tarde se voltaria para a questão da integridade territorial do país. Em suas obras anteriores, Nabuco já havia destacado o perigo que representava a liberdade nas mãos de quem não detinha recursos para lidar com ela. O perigo da fragmentação, para Nabuco, era iminente a esta altura dos acontecimentos, e merecia sua total atenção, em detrimento até do que outrora era o seu principal foco: a integração civil para a conformação da nação brasileira. Porém, durante este momento de desilusão Nabuco passou por um retraimento à questões mais particulares, como família e religião.

Durante esse conturbado período, em que alterna indas e vindas para a Europa, ocorre mesmo uma mudança interior em Nabuco, em suas próprias palavras, diz que nesse período ocorreu-lhe uma “perfeita evolução católica”, destacando-se nesse processo sua crença na superioridade da religião católica sobre as demais.

Com relação à religião praticada na Inglaterra, a nação mais desenvolvida do mundo até então, ser a protestante, Nabuco argumenta que o impulso civilizacional e liberal partiu do âmago da “raça nórdica”, que era mais “evoluída” nesse sentido, e que o protestantismo só serviu, e ainda servia, para desacelerar esse processo evolutivo.

Juntamente com essas mudanças de ordem religiosa, que se tratavam mais do que uma simples “reconversão”, ocorreram também mudanças significativas com relação a sua visão de mundo; Nabuco abandona o terreno da lógica e passa a se apoiar mais na história.

Já em meados da década de 1890, após ter conseguido estabilizar-se financeiramente no Rio de Janeiro, período em que esteve mais ligado à atividade intelectual do que propriamente na política, empenhou-se em homenagear seu pai escrevendo sua biografia, Nabuco se viu diante da oportunidade de retratar todo o período do Segundo Reinado.

Em *Um Estadista do Império*, é nítida a preocupação de Nabuco com a remontagem a um passado imemorial estável, numa dimensão de tempo mitológica, onde se localizavam as raízes dos valores morais, éticos e políticos dessa sociedade; uma leitura do “ideal”, do que seria tido como uma era de prosperidade. Tais preocupações entram na linha das narrativas literárias e históricas ocidentais produzidas no século XIX, visando a construção de uma unidade e uma identidade nacional.

Além da construção de uma identidade, com essa visão de um passado ideal, Nabuco buscava principalmente apontar aos erros que se cometiam no presente. O passado estava sendo usado como parâmetros para análises a respeito do presente e de uma projeção futura. Algo que se pode constatar também através dessa obra é o caráter de irreversibilidade que adquirira o processo político pelo qual passou o Estado brasileiro. Nabuco não apresentava mais esperanças de uma volta ao regime monárquico, e o fato de monarquistas, como ele e Rio Branco, estarem sendo convidados a participar do governo republicano, mais no âmbito da política externa, só vinha a confirmar tal situação de irreversibilidade.

Outra importante questão que se levanta através dessa obra é a mudança de postura de Nabuco com relação à questão da atuação política dentro da sociedade. Em sua primeira obra publicada, *O Abolicionismo* (que, aliás, Salles considera uma introdução sociológica a *Um Estadista do Império*), Nabuco fala da falta de maturidade do povo para lidar com a liberdade política. Dizia que a questão da mácula da escravidão, e a conseqüente ausência de civilidade da sociedade como um todo, impedia esse domínio da liberdade política. Era necessária uma reformulação na estrutura social da nação com vistas a promover uma integração civil da mesma, e somente a partir daí se poderia atingir uma maturidade civil e política. Já em *Um Estadista do Império*, tal inabilidade se devia não apenas pela questão social, mas pela própria índole do povo, que tendia para a dissolução política. Essa “índole do povo” seria conformada por agentes externos, como as condições geográficas do lugar, que resultavam num caráter social mais independente do indivíduo. Nesse momento podemos ver a influência do pensamento positivista em Nabuco. Nota-se que Nabuco trabalha agora com a questão da necessidade de que o poder permaneça nas mãos de uma elite culturalmente superior.

Diante de todo esse quadro de desilusão quanto ao presente e temor quanto ao futuro, Nabuco, no final da década de 1890, já às voltas com a elaboração de sua autobiografia (*Minha Formação*), começa a construir a idéia de seu reingresso à vida política. No próprio texto de *Minha Formação*, Nabuco começa a dimensionar uma nova tarefa histórica de futuro, responsabilizando-se, estadistas como ele e o próprio Rio Branco, pela continuidade do principal espólio da Monarquia, a unidade territorial. Na realidade, pode-se notar “caminhos” para seu ingresso no governo desde *Um Estadista do Império*, quando fala a respeito de um dever do estadista de servir aos propósitos da pátria sob quaisquer circunstâncias.

Num processo que se desenvolveu nele desde a queda da Monarquia, Nabuco centrou sua preocupação na questão da unidade territorial e o perigo pela qual esta passava, tanto no âmbito interno, com a temida fragmentação política, quanto no âmbito externo, com as políticas imperialistas européias e, principalmente, com a nova política externa intervencionista norte-americana, que Nabuco chama de “releitura do monroísmo”. Sua preocupação a respeito da política intervencionista norte-americana cresce desde o episódio da Revolta da Armada, em 1894, quando impactou-se com a permissividade do governo brasileiro frente à ação compulsória dos norte-americanos no desfecho do evento na baía de Guanabara. Suas preocupações se fundamentaram ainda mais devido a ação dos norte-americanos nas questões relativas à construção do Canal do Panamá e da independência cubana.

Principalmente em razão desses temores no âmbito externo, Nabuco passou a levar em consideração, e mesmo a achar de extrema necessidade, que pessoas com a bagagem constituída pelos valores “clássicos” da política brasileira, como ele e Rio Branco, trabalhassem para garantir o futuro da pátria, mesmo que esta esteja sob um sistema de governo republicano. Era necessário garantir a permanência da “pátria territorial”, sendo esta entendida como o “corpo” da nação; a “alma” seria constituída pela raça.

A respeito do período no qual Nabuco trabalha como embaixador, Salles procura não desenvolver muito o tema, haja vista sua temática ser voltada, a meu ver, à relação entre

Nabuco e a Monarquia, principalmente sua leitura desta. Porém considero que teria sido enriquecedor falar brevemente da experiência de Nabuco como embaixador, principalmente quando nos Estados Unidos, período em que desenvolveu sua postura em relação ao pan-americanismo e, basicamente por consequência desta, sua controvérsia com o velho amigo, e pouco citado por Salles, Oliveira Lima.

O Abolicionismo.

Nesta obra, redigida durante os primeiros anos da década de 1880, período em que se encontrava na Inglaterra, Joaquim Nabuco busca apresentar, fundamentar e caracterizar o movimento, de caráter político, que visava à extinção do regime escravista no Brasil: o movimento abolicionista.

Durante toda a obra, Nabuco constrói um minucioso mapa da escravidão no Brasil, a partir, principalmente, do ano de 1831, data em que entrou em vigor a primeira lei com vistas a delimitar a ação da escravidão. A partir desse mapa, Nabuco disserta sobre as causas históricas que levaram aquela sociedade a tal condição e porque a elite escravocrata deveria abandonar tal regime de mão de obra.

Utilizando-se de documentos oficiais, Nabuco identifica como evoluiu a relação, de certa forma ambígua, entre o Estado, que começava a caminhar num sentido contrário à escravidão, mas que não se opunha direta e abertamente à mesma, e uma elite econômica que, apesar de detentora de formidáveis recursos naturais e mesmo financeiros, dizia-se totalmente dependente do trabalho escravo.

O autor destaca, desde as primeiras páginas, que o movimento abolicionista tem um cunho prioritariamente político, apesar de tratar também de questão humanitária, e procura assinalar durante quase todo o livro essa questão mais empírica do movimento, ligada ao aspecto econômico e social da nação. Ao apresentar diversos dados a respeito de como a mão de obra livre contribuiria muito mais para o desenvolvimento da nação, o autor demonstra um caráter panfletário [13] em sua obra, visando atingir não somente aqueles que se sensibilizariam com a questão mais humanitária que envolve a escravidão, mas também aqueles que priorizavam o aspecto financeiro da mesma. A opinião pública seria a principal maneira de se conseguir pressionar o parlamento e o Estado, enfim, o Poder.

A questão que Nabuco parece priorizar nesta obra é o caráter deformador que a instituição da escravidão apresenta perante a nação, agindo de maneira a impedir o desenvolvimento da mesma, mantendo-a mergulhada em sua lógica excludente e extratificadora. A escravidão bloquearia o desenvolvimento social, pois impedia o fortalecimento dos trabalhadores livres, o que impossibilitava também o crescimento do comércio, das indústrias, enfim, impedindo o fortalecimento da classe média, e este seria o setor, segundo Nabuco, de onde emanaria “*a força das nações*” (p. 149).

Outro fator que Nabuco considera fundamental, mas que também seria impedido pela escravidão, se refere à questão da imigração européia compulsória. A imigração é tida por Nabuco como primordial para o desenvolvimento do “*corpus social*” da nação, identificando no europeu o principal agente de elevação cultural e racional. Apesar de entender como indispensável à incorporação do negro à sociedade (através não só de sua libertação, mas de sua educação e meios para auto-sustento), pois uma sociedade livre seria a questão primordial, o autor considera que o rumo do desenvolvimento passa por uma sociedade homogênea, e sob a influência de uma cultura mais *desenvolvida*.

A respeito do encontro e interação entre as culturas e etnias ocorridas no Brasil, Nabuco apesar de enxergar tal fato como o cerne de nossa identidade, aponta que o fato de tal

“mistura” ter se dado sob a égide da escravidão acabou por desvirtuar a combinação das diferentes influências étnicas e culturais. Nabuco, demonstrando uma visão etnocêntrica, afirma que se tal interação tivesse ocorrido dentro de uma sociedade livre, “*o cruzamento entre brancos e negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada pela mais atrasada, mas da gradual elevação da última*” (p. 141). Em outra parte do texto, o autor diz que “*o mau elemento de população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo*” (p. 139).

A influência da escravidão, segundo Nabuco, não se limitou às classes mais baixas, mas também, ou talvez principalmente, proporcionou o decaimento da civilidade das elites, mesmo quando descendentes diretas do *sangue* europeu. A estrutura sócio/econômica, marcada pela escravidão, faria com que mesmo as mentes já iniciadas no ensino das “luzes” européia, dentro da conjuntura escravista tornavam-se apenas mais um aliado pela mesma, porém do lado oposto do chicote. Como diz Nabuco, “*a escravidão que é má, e obriga o senhor a sê-lo*” (p. 135). Como classificou Ricardo Salles, em seu *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império* (Topbooks, 2002), seria este o efeito “elástico” da escravidão.

Devido aos três séculos de ação da escravidão, seria muito mais do que a simples libertação dos escravos para apagar a influência da mesma sobre a sociedade. Apesar de dedicar relativamente poucas páginas sobre isso nesta obra, Nabuco aponta a educação, e mesmo a reeducação, e a imigração européia (que traria sangue europeu *novo e oxigenado*) como os principais meios de se começar a reestruturar a sociedade brasileira, e entende que o principal agente dessa reestruturação teria de ser o próprio Estado. Ainda que em diversos momentos aponte que a principal mudança tem de ser interior, entende que a mesma tem de ser estimulada pelas ações do Estado.

A questão da Nação na obra de Frederick Jackson Turner

Para a elaboração desta parte da pesquisa foram utilizados textos de autoria do próprio Turner, além de uma bibliografia de apoio devidamente especificada na bibliografia.

Nascido em Wisconsin no ano de 1861, F. J. Turner graduou-se em História pela Universidade de Wisconsin. As universidades norte-americanas, no período em que o jovem Turner iniciou sua graduação, assim como as de outros países, passavam por um período de grandes mudanças. O surgimento de cursos como economia, sociologia, etc., que pretendiam analisar a sociedade e suas relações por meio de uma metodologia científica, influenciou diretamente o estudo de outras disciplinas, como a História [14].

Nesse período, havia basicamente três escolas historiográficas nos Estados Unidos: as escolas teutônica, romântica, e sulista pós-guerra civil. A escola teutônica entendia que as instituições políticas e governativas norte-americanas seriam mero desdobramento das instituições europeias, mais precisamente germânicas. A escola romântica, que sofria bastante influência da historiografia inglesa e alemã, concentrava-se no estudo de grandes feitos militares e políticos para interpretar sua sociedade. Já a escola sulista pós-guerra civil entendia que a principal chave para se entender e interpretar a sociedade norte-americana seria a questão da Guerra Civil e seu embate entre “norte” e “sul” e suas respectivas ideologias.

De certa maneira, Turner assimila e refuta todas as três correntes, sendo apenas a sulista a que Turner teria ofertado menos atenção, uma vez que a questão da Guerra Civil é pouco elaborada pelo autor. Porém, com o advento das disciplinas sociológicas, antropológicas e econômicas, Turner teve instrumentos que o permitiu montar um perfil da sociedade norte-americana visto de um ângulo pouco trabalhado até então: as pessoas comuns, o povo, e sua migração para as terras livres do oeste.

Turner entende a questão do movimento migratório para o oeste, a existência de terras livres, o embate entre homem e natureza, como fundamental na análise da construção da nacionalidade norte-americana, seu aspecto livre e democrático, fundamentada na dedicação ao trabalho. Porém antes de nos aprofundarmos nessa questão, convém destacar as questões que movimentavam a sociedade norte-americana no seu tempo.

Ao final do século XIX a sociedade norte-americana passava por um momento crucial em sua história; questões econômicas, políticas, raciais e culturais surgiram trazendo consigo medos e preconceitos que até então não se tinha visto com tanta intensidade. O tempo das colônias agrícolas com ideal de vida religioso e em pequenas comunidades havia passado, distanciando-se, assim, do “mito jeffersoniano” de um país conformado majoritariamente por pequenos produtores rurais. Com o progresso econômico e com a industrialização, chegaram também as massas urbanas, a migração, a concentração de riquezas. O negro, assim como o imigrante, representavam, para muitos, uma ameaça à sociedade norte-americana idealizada.

Como expõe Thomas Bender [15], as tradicionais ideologias “puritanas” e “jeffersonianas” não comportavam a idéia da interação com o “outro”, com o “diferente”, demonstrando um caráter acentuadamente xenófobo. Nesse sentido, nas regiões onde tais ideologias haviam se propagado com mais intensidade, nota-se certo afastamento, por exemplo, em relação à cidade de Nova York, principal símbolo do cosmopolitismo norte-americano.

Desde o momento de sua fundação, os Estados Unidos viveram sob o signo do seccionalismo; na realidade, tal qualidade surge ainda no período colonial e adentra e, de certa maneira, aprofunda-se no período republicano. As diferentes formas de colonização ocorridas na região sul e na região norte demarcam a divergência mais clara e conhecida, que acabou levando o país a uma guerra civil; no período republicano surgiram novas seções, definidas por linhas econômicas e políticas.

Turner trabalha com tais seções, identificando-as e problematizando-as, chegando, inclusive, em determinados momentos, a apontar que o destino dos estados recém-independentes poderia ser outro que não a união; no entanto, entende que o elo que une e que dá forma à nação seria a questão da marcha para o Oeste. Nesse sentido, convém analisar neste momento seus próprios escritos.

O primeiro texto a ser trabalhado será “O Significado da Fronteira na História Americana” [16], texto clássico de Turner, apresentado originalmente durante o encontro da Associação Americana de História, em 1893 na cidade de Chicago.

Neste texto, Turner expõe suas idéias a respeito da influência que o movimento de migração para o Oeste exerceu no desenvolvimento das instituições e da própria nação norte-americana, ao mesmo tempo em que refuta outras teorias explicativas, como as das outras escolas historiográficas apontadas no início deste trabalho. O fato que de alguma forma surge como principal motivador de sua análise foi a constatação, em um relatório do Censo de 1890, de que já não existiria mais a linha de fronteira de colonização a Oeste, estando os territórios já praticamente todos ocupados. A partir dessa informação, Turner desenvolve seu texto no sentido de apontar a sua importância para a história norte-americana.

Turner afirma que a peculiaridade das instituições norte-americanas se deve ao fato de terem sempre sido obrigadas a se adaptar, juntamente com a sociedade, às mudanças decorrentes do movimento de expansão para as terras livres à oeste, numa dinâmica constante de adaptação a um sistema econômico e político mais “primitivos”, e sua volta à complexidade da vida urbana, conforme a sociedade voltasse a crescer e se tornar complexa novamente (p. 23-4). Porém, salienta Turner, tais instituições, ao retornarem ao sistema mais complexo de organização social trarão consigo as marcas da experiência anterior.

A fronteira norte-americana difere das européias pelo fato de que, enquanto no Velho Continente estas separam grandes massas populacionais, nos Estados Unidos separam o ambiente livre e selvagem – *wilderness* – e a civilização. E seria nesse embate travado entre o homem “civilizado” e o meio-ambiente selvagem que nasceria um produto genuinamente americano, fruto da modificação que o homem opera na natureza, e que a mesma opera no homem. Como diz Turner:

A fronteira é a mais rápida e mais efetiva forma de americanização. Aí, *wilderness* – a natureza inóspita e remota – domina o colono. Ela reconhece o colono como europeu na indumentária, nas indústrias, nas ferramentas, nas modalidades de viajar, na forma de pensar. Retira-o do vagão de trem e o coloca numa canoa de madeira. (...) Logo ele começa a plantar milho indígena e a arar a terra com um bastão afiado; (...) Em suma, na fronteira, acima de tudo, o meio ambiente é duro demais para o homem. Ele tem que aceitar condições que esse meio ambiente lhe oferece (...) Pouco a pouco ele transforma a terra remota e inóspita de *wilderness*, mas o resultado não é a velha Europa, não é simplesmente o desenvolvimento das raízes germânicas, tanto quanto o primeiro fenômeno foi uma reversão da marca germânica. O fato é que aqui há um novo produto, que é americano. (pp. 25-6)

A seguir, Turner conclui que quanto mais a sociedade norte-americana avança em direção ao Oeste, mais distante a sociedade norte-americana fica de suas raízes européias. Nesse sentido, a “peregrinação” rumo ao oeste selvagem seria, para Turner, a página principal da história norte-americana.

Seguindo o texto, Turner descreve as diversas “linhas de fronteira” que demarcaram o território ocupado desde os primeiros anos de colonização, iniciando pela própria costa leste, primeira fronteira com a Europa. Tais linhas acompanhavam os diferentes movimentos de motivação econômica, iniciada com os mercadores de peles e outros produtos, seguidos do pastoreio, da agricultura e da mineração. Assim, Turner demonstra o caráter basicamente

econômico do avanço dos diversos grupos para oeste, procurando espaço diante de uma realidade estagnada que se apresentava a ele nas sociedades cada vez mais complexas da costa leste.

Junto com tal avanço, de motivação primordialmente individual e econômica, houve também um movimento da própria sociedade, no sentido de que tal deslocamento só foi possível após grandes conflitos com os povos indígenas, financiados e travados por forças armadas mantidas pela sociedade: “O posto militar de fronteira, além de servir à proteção dos colonos contra os índios, também atuou como ponta de lança para abrir o território indígena e foi um núcleo de colonização”. Turner salienta ainda que a questão do embate com o indígena, e conseqüentemente a questão das fronteiras, teriam sido grandes agentes de consolidação e mesmo união entre as diversas colônias, fazendo com que estas se unissem e dialogassem a respeito destes temas, e afirma ainda que nos locais sem fronteira indígena, o particularismo teria sido mais forte. (pp. 35-6)

Um outro fator de relevância salientado por Turner nessa marcha para o Oeste diz respeito às origens social e nacional da maioria dos “homens da fronteira”. Enquanto que o litoral era povoado majoritariamente por ingleses e seus descendentes, o interior, excetuando-se a região de fronteira no sul, fora povoado, em sua maioria, por escoceses-irlandeses e alemães, além de servos libertados ou “redimidos” (com contrato expirado). Essa conformação social permitiu a Turner salientar o caráter cada vez mais culturalmente distanciado das sociedades do Oeste em relação à ex-metrópole Inglaterra.

Além desse distanciamento cultural, a fronteira promoveu também certa independência econômica. Quanto mais adentrava o continente, mais aumentava a demanda comercial, tornando-se, em certo momento, inviável para a Inglaterra suprir tal demanda. Tal demanda forçou o desenvolvimento econômico das colônias, principalmente do Norte, que passaram a diversificar sua agricultura e promovendo o desenvolvimento do comércio. Como afirma Turner, “O efeito dessa fase de ação da fronteira sobre a seção do Norte se percebe quando compreendemos como o avanço da fronteira provocou o aparecimento de cidades litorâneas como Boston, Nova York e Baltimore para rivalizar com o que Washington chamou de ‘o valioso e extenso comércio de um império em ascensão’”. (p. 43)

Ainda seguindo na descrição das modificações estruturais trazidas pela fronteira na sociedade norte-americana, Turner discorda de alguns autores que identificavam a questão da escravidão como principal agente catalisador das discussões a respeito das questões tarifária, fundiária e das reformas internas. Segundo Turner, tais questões vieram à tona no vácuo das discussões a respeito da legislação de ferrovias, necessárias devido à crescente demanda dos pioneiros por mercadorias vindas da costa. O autor identifica tais discussões como portadoras de “potentes efeitos nacionalizadores”. E salienta mais à frente:

Administrativamente, a fronteira suscitou algumas das mais elevadas e vitalizantes atividades do governo geral. A compra da Louisiana foi talvez a guinada constitucional da história da República, visto que proporcionou, ao mesmo tempo, uma nova área para a legislação nacional, bem como a ocasião para a derrocada da política estrita de construção. A compra, porém, da Louisiana foi imposta pelas necessidades e demandas da fronteira. À medida que os estados de fronteira se juntaram à União, o poder nacional cresceu. (p. 44)

De fato, o Oeste demonstrava grande tendência para o nacionalismo. Turner salienta o fato de a região central dos Estados Unidos sempre ter exercido papel de mediação entre as questões envolvendo as seções Norte e o Sul. Detinha um caráter diferente das outras seções: menos inglês, com grande mistura de nacionalidades, economia diversificada, um sistema misto de governo urbano e municipal, diversas seitas religiosas. Tinha um caráter mais livre e democrático, não-seccional. Enfim, ela era detentora de uma “nacionalidade heterogênea que

os Estados Unidos contemporaneamente apresentam” (p. 46). O Oeste proporcionara ainda uma mobilidade populacional que afastava o localismo.

A fronteira fomentaria o individualismo; o território livre oferecia enormes oportunidades àqueles com disposição para buscá-las. No entanto, esse território inóspito não comportava uma forma de sociedade complexa, era necessário voltar-se para formas mais primitivas, familiares. Tal liberdade e sentimento de austeridade incutiram no homem da fronteira uma aversão a qualquer tipo de controle direto. Logo, nas próprias palavras de Turner, “o individualismo da fronteira fomentou, desde o começo, a democracia”. (p. 48)

No entanto, junto com tais características, a fronteira também teria marcado no caráter do homem norte-americano distinções bem menos louváveis. Turner salienta que o individualismo, e o egoísmo, trariam consigo atitudes e vícios que iriam de encontro aos anseios mais nobres da sociedade. Diversas crises monetárias e financeiras no período republicano são apresentadas por Turner em paralelo com a constituição de novas comunidades na fronteira. Em nota de pé-de-página, o autor confessa que se conteve “...para não enfatizar as características sem lei da fronteira, porque estas são suficientemente conhecidas.”(p. 50).

Embora traga consigo boas e más características, o fato é que, para o autor, a fronteira foi o grande fator de conformação do caráter nacional norte-americano. E, embora as terras livres de *wilderness* tenham-se esgotado, como informou o Censo de 1890, Turner acredita que a movimentação da/na a qual a sociedade norte-americana extraiu seus valores e sua conduta, não irá cessar. Como coloca na última página de seu texto, “seria um profeta precipitado quem afirmasse que o caráter expansionista da vida americana cessou inteiramente na atualidade”. (p. 54)

Turner, como já foi colocado, produziu esse texto em 1893, época em que a política externa das grandes potências mundiais, e nesse momento pode-se identificar os Estados Unidos como uma delas, se demonstrava marcadamente imperialista. A busca incessante por expansão econômica, por mercados e áreas de influência chegava ao seu ápice de ação em escala global. Diante disso, acho interessante frisar que, apenas cinco anos após esse discurso de Turner em Chicago, os Estados Unidos iniciaram a sua política imperialista de expansão econômica, ao anexar o território cubano.

O próximo texto a ser analisado será “O Problema do Oeste”, ensaio publicado no *Atlantic Monthly*, em 1896. Neste texto o autor desenvolve a tese de que não se pode tratar o Oeste apenas como mais uma seção da sociedade norte-americana. Este representa algo mais profundo, relacionado ao cerne da identidade nacional daquele país. O Oeste seria muito mais do que um lugar geográfico; ele diz respeito ao desenvolvimento não só do Estado norte-americano, mas de sua sociedade. Como diz o autor ainda no início do texto, “o Oeste, na origem, é uma forma de sociedade, mais do que uma área”(p. 55).

Reafirmando o que já havia sido por ele tratado no texto anterior, o autor coloca que seria através do contato de instituições e idéias antigas com o espaço territorial livre e selvagem – *wilderness* – que teria surgido novas instituições e idéias, que moldariam um caráter genuinamente americano. Embora a sociedade formada nesse primeiro contato com o *wilderness*, com a fronteira, gradativamente volte a assimilar os antigos padrões sociais originários da Europa, ela guardará consigo “sobrevivências duradouras e peculiares” desse primeiro momento de contato e conformação junto à fronteira. Assim, suas instituições políticas seriam fruto dessa interação, que se desenvolveu através dos anos, levando a fronteira cada vez mais para o oeste, e deixando para trás, nas antigas regiões de fronteira que se desenvolveram tornando-se novas cidades, o seu legado.

Turner volta a traçar um histórico do movimento para o Oeste desde suas origens, salientando a consciência que detinham esses primeiros pioneiros a cerca da diferença entre

eles e os habitantes da costa. Enquanto que a população costeira era majoritariamente inglesa, de certa forma letrada, cultuavam valores europeus, os pioneiros do Oeste, ou como denomina Turner, os *backwoodsmen*, seriam em geral homens mais rústicos, em grande parte de origem não inglesa, que valorizavam principalmente o trabalho e a liberdade. Derivariam dessas diferenças as reivindicações para conformarem um estado da União independente dos estados da costa. Nas palavras de Turner, “o autogoverno era seu ideal”. (p. 56)

Os estados “atlânticos” não aceitaram tal reivindicação, temerosos de que, com a crescente expansão e o conseqüente surgimento de numerosos estados no Oeste, estes atingiriam maioria nos conselhos nacionais. Turner cita alguns discursos de legisladores dos estados atlânticos que ilustram o medo que tais estados tinham de perder o controle do legislativo, com o aumento do número de estados que se pretende criar no Oeste, compostos, segundo tais legisladores, por tipos selvagens e incultos, incapazes de empreender atitudes e pensamentos compromissados com o bem público.

O problema do Oeste se caracterizara, logo, pelo conflito de interesses entre os povos do litoral e do interior. Os povos do Oeste eram norteados por valores e instituições diferentes e reivindicavam uma participação mais igualitária, com relação aos costeiros, diante do governo. Essa dupla realidade social conflitante existente dentro do país, em que enquanto numa prevalecia a agregação de propriedades e de capital, a outra era conformada por uma classe de trabalhadores agrícolas endividados, necessitados de capital e com diferentes ideais econômicos e sociais, provocou uma situação em que o governo privilegiava uma, o Leste, em detrimento da outra, o Oeste.

A sociedade do Oeste formou-se sob o signo da liberdade e igualdade, tanto econômica quanto política. O contato com terras livres propiciou-lhes a fé na força do trabalho individual, tinham como ideal o *self-made man* – o homem que se faz por si só; este era o único fator decisivo no seu destino, o que lhes proporcionou uma elevada auto-estima e autoconfiança.

Turner discorda de alguns autores que entendiam a civilização do Oeste como movida apenas pelo interesse comercial e econômico. Para Turner, no Oeste fora gestado ideais de estado e de sociedade que se propagariam por todo o país. Como diz o autor:

O mesmo materialismo de que foi acusado o Oeste se fazia acompanhar de ideais de igualdade, de exaltação do homem comum, da expansão nacional, fazendo com que seja um engano profundo descrever o Oeste como se fosse absorto em meros fins materiais. Foi e é preminentemente uma região de ideais, equivocados ou não. (p. 63)

A questão da conformação do tecido social na região Oeste também volta a aparecer. O autor ressalta que as grandes levas migratórias do sul e de outras regiões que se dirigiam para a região central, com pessoas e grupos sociais de todos os tipos, provocaram uma grande circulação de idéias políticas, religiosas, econômicas, e etc., que por sua vez promoveram a criação de um novo tipo de cidadão, mais aberto e democrático, livre de preceitos e preconceitos comuns nas áreas e seções mais segregadas. De certa forma, mais homogêneo.

É claro que tal homogeneidade seria relativa, uma vez que logo se desenvolveriam diferenças econômicas entre o norte e o sul do Oeste, e mesmo disputas a respeito da distribuição de terras. Disputas políticas cresceram, mesmo a nível nacional, e, durante o período da Guerra Civil, forneceu o grande herói nacional – Lincoln – que também assumiu o governo federal. Nesse período o Oeste forneceu todos os principais quadros do governo, reforçando suas influência e atitude. “Era a região da ação e, na crise, tomavam as rédeas” (p. 66).

Já no final do século XIX, os Estados Unidos passavam por uma situação singular em sua história. Nas terras do Oeste conviviam ideais políticos, sociais e econômicos diversos,

que, misturando-se numa constante interação que, na base de alguns conflitos moldariam o cerne do novo sujeito norte-americano. Com o fim do movimento de expansão para o Oeste, as tensões sociais surgidas no seio de sociedades cada vez mais complexas, tiveram de ser encaradas pelos dirigentes do Estado. Sem a válvula de escape das terras livres do Oeste, a sociedade passou a ter de encarar suas crises e buscar o seu equilíbrio.

Novas formas de administrar tais crises passam a ser buscadas e, nas palavras do próprio Turner, “...os clamores de uma vigorosa política diplomática, de um canal interoceânico, de reviver nosso poder sobre os mares e em prol da extensão da influência americana a ilhas afastadas e países adjacentes são indicações de que o movimento [de expansão] vai continuar”. (p. 67)

O terceiro texto a ser trabalhado fora publicado originalmente em 1903 no mesmo *Atlantic Monthly*, é intitulado “Contribuições do Oeste para a Democracia Americana”. Neste texto o autor volta a explicar a respeito da influência que a migração para as terras livres do Oeste exerceu sobre a constituição das instituições democráticas norte-americanas.

No ideário defendido por Turner, não se pode falar no fundamento democrático das instituições sem falar da mudança ocorrida no interior da própria sociedade americana, uma vez que entende que a democracia como sendo originária das demandas da sociedade, algo maior do que simplesmente uma questão de ideologia política. Seriam as forças econômicas e sociais que delineariam o caráter político do Estado. Isto posto, o autor se foca na análise, já desenvolvida nos textos anteriores, de como se desenvolveu o tecido social no Oeste, berço do caráter genuinamente norte-americano.

Turner recupera tais influências do Oeste a fim de salientar suas preocupações a respeito de mudanças que ocorriam no presente, mudanças esta que, segundo o próprio autor, somadas, equivalem a uma revolução. Somam-se quatro mudanças enumeradas por Turner: a primeira, seria o fim da oferta de terras livres que, como fora demonstrado inicialmente, foi um fator relevante no desenvolvimento da sociedade norte-americana; a segunda seria a concentração de capital, ocorrida simultaneamente à primeira, onde as indústrias de base concentravam em poucas mãos toda a riqueza explorada, assim como no setor de transporte, e, nesse mesmo bojo, ocorre a associação dos trabalhadores destes ramos (sindicatos), além do aumento da oferta de mão-de-obra estrangeira; a terceira diz respeito à política externa do Estado norte-americano, que começa a voltar-se para ações imperialistas, trazendo consigo uma indústria com força suficiente para combater o comércio europeu; e a quarta se refere ao crescimento do debate político a respeito de questões sociais, o qual se pode demonstrar com o crescimento do Partido Populista e de seu ideário junto ao Partido Democrata.

Turner considera que o pesquisador que se propor a analisar os efeitos dessa grande transformação pela qual passamos Estados Unidos, ele deverá entender como e em que condições surgiram essas instituições que passam nesse momento por tamanhas mudanças.

Anos antes da Independência norte-americana, o autor já identifica momentos de embate entre pequenos proprietários do interior e forças aristocráticas do litoral. Lutavam principalmente por maior representatividade junto ao governo, local e, posteriormente, nacional. Teria sido, então, no Oeste, que “...a luta pelo desenvolvimento da democracia se revelou primeiro”(p. 75).

Já no século XIX, as disputas entre aristocratas da costa e pequenos proprietários do litoral chegou ao âmbito político-partidário, e teve Jefferson como seu principal representante num primeiro momento. Porém, “...somente o lento estabelecimento da corrente de colonização, cada vez mais em direção ao interior, fez a influência democrática se tornar forte o bastante para tomar verdadeiramente o governo”(p. 77).

Turner então traça um perfil do desenvolvimento político do Oeste em âmbito nacional, e seleciona a figura de Andrew Jackson como símbolo maior das primeiras

características da democracia advinda do Oeste: determinado, confiante, tenaz, veemente, individualista. Mais tarde, a figura de Lincoln é que incorpora as novas características à democracia do Oeste, com seu apreço pelo desenvolvimento urbano e industrial.

Num terceiro momento, quando as terras a serem ocupadas já não representavam mais grandes extensões geográficas, a situação mais difícil os impeliu um sentido mais de cooperação e, de maneira bem mais aguda que em outros tempos, exigiam uma colaboração mais forte do Estado nacional para com tais comunidades. No fim do século XIX, os valores democráticos daquela sociedade, conformados pela fé em sua própria força, no individualismo, que apontavam para o caminho da concorrência, somados aos recursos materiais que permitiam o triunfo dos mais capazes, forneceram a mobilidade necessária para desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais.

O fato de ter sempre havido oferta de terras livres no Oeste permitiu que a democracia norte-americana não enveredasse pelo caminho da baixa mobilidade social, se não sua cristalização. O Oeste representava a liberdade e, essa égide contaminava também os estados do Leste, visto que sua população era também influenciada pelos ideais do Oeste; caso não estivessem satisfeitos com sua situação, poderiam rumar para terras onde ajudariam na construção de um estado onde as oportunidades seriam mais democráticas.

Porém, tais condições de livre concorrência propiciaram o surgimento das grandes concentrações de riquezas que, na visão de Turner, levantava a questão da possibilidade de sobrevivência da democracia perante tais condições, deixando a mesma de ser realmente efetiva e presente na vida social para se tornar meramente uma ilusão. Nesse momento, Turner argumenta que a influência do Oeste terá de passar do campo da prática para o campo das idéias.

O autor salienta que se as terras livres do Oeste já não existem mais, o seu legado de liberdade e crença na capacidade do homem permanece, e, se no momento atual em que vivia grandes conglomerados industriais dominavam grande parte da riqueza produzida nos Estados Unidos, estes também são filhos dos pioneiros que desbravaram o *wilderness*. Os ideais de democracia e liberdade nascidos no Oeste permanecem e, em certa medida, Turner trabalha no sentido de alertar para que tais ideais não sejam esquecidos.

Turner demonstra preocupação com relação ao futuro da democracia na sociedade norte-americana, que, impossibilitada de continuar a utilizar as terras livres do Oeste, que esgotaram-se, como subterfúgio para a solução dos problemas sociais comuns às sociedades modernas, tenderia a tornar-se uma democracia ilusória, pois o poder e as oportunidades, de fato, concentrar-se-iam nas mãos de uma minoria detentora do poder econômico.

O último texto de Turner a ser trabalhado será “O Significado da Seção na História Americana”, publicado originalmente em 1925 pela revista *Wisconsin Magazine of History*. Neste texto o autor trabalha com a questão, como diz o seu título, das seções desenvolvidas dentro da sociedade norte-americana. Tais seções correspondem às divisões econômicas e ideológicas internas do Estado norte-americano, resultantes, segundo Turner, das diferenças geográficas dos territórios ocupados, e pela própria diferenciação cultural entre as distintas sociedades estabelecidas no território norte-americano ao longo da colonização.

O autor constata que, a despeito do que vislumbrava cerca de três décadas antes [17], a nação norte-americana sucumbira perante as diferenciações produzidas e reproduzidas ao longo de sua história. A influência da industrialização e da urbanização, principalmente das cidades do Leste, fora mais forte do que as influências deixadas pelo contato com a “Fronteira”. Essa sectarização desenvolveu-se a tal ponto que Turner chega a salientar que a sociedade norte-americana assemelha-se cada vez mais com a européia, e as seções norte-americanas estariam “tornando-se a versão americana da nação européia” (p. 93), com cada seção correspondendo a uma nação do Velho Continente.

Para desenvolver essa tese, Turner retorna às influências exercidas pelo movimento de migração para o Oeste sobre as seções atlânticas da sociedade norte-americana. Cada uma das regiões da costa teria vivido a sua própria experiência com a fronteira, e enquanto a mesma deslocava-se cada vez mais em direção ao oeste, deixava para trás, nas novas cidades e organizações sociais ali desenvolvidas, os ideais e a mentalidade dos primeiros desbravadores. Esses novos centros populacionais erguidos a partir da experiência fronteiriça, mesmo quando já estivessem num nível mais avançado de complexidade social, guardariam semelhanças ideológicas maiores com a região da Fronteira do que com as cidades do Leste. Essas novas regiões originárias a partir da experiência fronteiriça corresponderiam à mesma região Oeste, que ainda compreende a Fronteira, limite dessa região.

O Oeste, sejam quais forem o tempo e o espaço, representaria uma mesma seção composta basicamente por trabalhadores rurais endividados que reivindicavam os direitos do homem, em contraposição ao Leste, seção cada vez mais industrializada e urbanizada, detentora do capital e que enfatizavam os direitos de propriedade. Os estadistas do Leste temiam cada vez mais uma crise de âmbitos econômico e político advindas com o crescimento do Oeste, e suas respectivas demandas.

A cada vez maior exigência por terras baratas ou mesmo livres preocupava os capitalistas do Leste, receosos com a perspectiva de queda nos preços das terras que haviam adquirido no Oeste a título de especulação, e mesmo com a possibilidade de escassez de mão-de-obra no Leste, com a possibilidade real de os trabalhadores descontentes migrarem para o Oeste, que faria com que os salários subissem consideravelmente. Em outro sentido, o crescimento do Oeste poderia representar problemas políticos futuros, uma vez que cresciam também as demandas por maior participação no governo, arraigados que eram pelo espírito democrático desenvolvido no Oeste.

Turner ressalta que apesar desse receio dos estados atlânticos em relação ao crescimento dos estados do interior, a colonização das terras do oeste foi mesmo estimulada pelas seções do Norte e do Sul, que vislumbravam a manutenção de um domínio sobre tais áreas, mantendo-os dentro de sua área de influência, e com isso angariar cada vez mais poder dentro da União. Estados de Sul e Norte chegaram a elaborar diversos acordos sobre a delimitação de suas respectivas áreas. Essa configuração, na visão do autor, colaborou decisivamente na conformação da Guerra Civil, exemplo mais drástico, mas não único, das disputas seccionais existentes dentro do Estado norte-americano.

Com essa ávida busca por poder, pela maioria de senadores no Congresso, os estados do Norte e do Sul aprovavam cada vez mais a inclusão de novos estados do Oeste, que pertenceriam à sua área de influência, dentro da União. No entanto, estes novos estados do Oeste, cada vez mais fortemente representados por seus senadores, ressentiam-se com a imagem de que seriam meras reproduções da disputa entre Norte e Sul pela maioria das cadeiras no senado. O Oeste passou a afirmar-se como detentor de suas próprias demandas e interesses.

No entanto, a partir de meados do século XIX, com o desenvolvimento da economia dos estados do Oeste, verificou-se o crescimento de uma rivalidade entre determinadas cidades do interior, acerca do comércio, que reproduzia de certa forma a rivalidade existente no Leste. Importantes cidades como Nova Orleans, Memphis, St. Louis e Chicago disputavam posições estratégicas relacionadas à estradas de ferro, um dos principais agentes na dinâmica do comércio.

Turner sustenta a tese, enfim, de que o seccionalismo entre Leste e Oeste sempre existiu no desenvolvimento da história norte-americana, e que mesmo o conflito entre Norte e Sul, que culminou com a Guerra Civil, só pode ser completamente entendido se for levado em consideração a questão do Oeste e o que este representava para tais seções do Leste. Nas palavras de Turner:

“Essa luta, como foi a querela da escravidão, só pode ser entendida levando-se em conta que não se tratava meramente de uma disputa do Norte contra o Sul, mas que sua forma e suas causas foram fundamentalmente moldadas pelo fator dinâmico das seções em expansão, de um Oeste a ser conquistado.” (p. 102)

As questões relativas ao movimento de colonização do Oeste, porém, deixam de ter muita relevância após a década de 1890, quando, de acordo com relatório do Censo, se completou a ocupação do território. No entanto, com o grande crescimento da economia norte-americana, refletido na cada vez maior industrialização e urbanização, outra questão surge no pensamento de Turner: com o término da oferta de terras, os Estados Unidos passam por um período de transição em que se defrontam, pela primeira vez em sua história, com a possibilidade de escassez de recursos. A crescente urbanização do país – na época em que foi produzido este texto a população urbana já havia ultrapassado a rural – deveria ser controlada.

A administração dessa questão, principalmente no que concerne a produção de alimentos, deverá perpassar, segundo Turner, pelo estímulo e geração de grandes interesses econômicos e seções voltadas para o mundo rural. Com o aumento da demanda global por gêneros alimentícios, em algum tempo esta será superior que a oferta, uma vez que o movimento de industrialização, na perspectiva de Turner, tendia a se alastrar pelo mundo inteiro.

Turner salienta ainda que mesmo que o país incline-se de fato para o caminho da industrialização, delegando papel subalterno à agricultura, haverão, ainda assim, diferenciações seccionais entre regiões voltadas para a indústria e outras voltadas para a agricultura. Essa distinção, completa Turner, ocorrerá naturalmente devido às diferenças geográficas do território, que delegam à determinadas regiões uma característica fundamentalmente rural e a outras o favorecimento para a industrialização.

Nesse momento, Turner chega à conclusão de que os Estados Unidos guardam consigo uma espécie de vocação seccional, devido principalmente às diferenças geográficas do território adicionadas ainda às diferenças culturais e étnicas dos povos que colonizaram tais territórios. O autor chega a fazer uma analogia entre os Estados Unidos e a Europa, devido aos seus tamanho e riqueza, e cada seção norte-americana poderia ser comparada às nações européias. A questão que o autor coloca então seria o porquê de os Estados Unidos não terem se tornado uma nova “Europa”.

Ao analisar a história norte-americana por meio das discussões e deliberações promovidas dentro do Senado e da Câmara Federal, Turner conclui que a unidade territorial dos Estados Unidos foi garantida sempre devido ao diálogo, às concessões e acordos. Disputas políticas entre estados e mesmo seções sempre foram resolvidas dentro do campo do diálogo – excetuando-se, é claro, a que originou a Guerra Civil.

Nesse sentido, o autor salienta que tais seções irão sempre existir, sendo necessário, então, que se mantenha também a política do diálogo que teria sempre existido, com a consciência de que os Estados Unidos, a nação norte-americana, apesar de um todo unido, era conformado por seções com demandas e interesses distintos. Equilibrar tais demandas e interesses seria, então, fundamental para a manutenção da unidade política norte-americana.

Conclusão

O pensamento de Joaquim Nabuco a respeito da configuração da Nação brasileira assume duas perspectivas distintas ao longo de sua produção. Tal mudança de perspectiva teria ocorrido, basicamente, no período da Proclamação da República. Nabuco identificara nesse momento algo que seria primordial e exigiria atenção imediata, fazendo-o desviar da questão a que vinha se dedicando até então.

Nos primeiros textos produzidos pelo autor é notória a sua preocupação com o que chamava de “alma da nação”, e, conseqüentemente, com a composição do seu tecido social. Por isso, Nabuco entendia como imprescindível, para o real desenvolvimento da nação, a abolição, imediata e sem indenizações, da escravidão no Brasil.

A escravidão era tida por ele como fator de debilidade social por razões que iam desde o campo moral até o campo mais pragmático ou propriamente econômico. O autor, apesar de adepto de algumas teorias racialistas ou culturalistas, entendia que a instituição da escravidão, por meio de sua lógica excludente e extratificadora, impedia o desenvolvimento da nação. O decaimento moral que se atingia com a mesma não condizia com uma sociedade que se pretendia “civilizada”, na expressão da época.

Para além desse fator moral, Nabuco considerava a questão da mão-de-obra livre um fator primordial para o desenvolvimento de uma classe média no Brasil. Influenciado pelo ideário liberal europeu, Nabuco acredita que somente com uma classe média pujante, a nação poderia se desenvolver econômica e socialmente. Outro fator que Nabuco considerava fundamental e que era desfavorecido devido à escravidão, era a questão da imigração européia. Demonstrando sua veia racialista, Nabuco acreditava, como muitos seus contemporâneos, que com a imigração de europeus, principalmente daqueles advindos do norte da Europa, detentores de uma cultura e de um “sangue” mais civilizado, ajudar-se-ia a elevar o patamar da sociedade brasileira, operando o chamado “embranchamento” da sociedade.

A questão da escravidão apresentava-se, então, nesse primeiro momento, com a principal questão a ser solucionada naquele tempo. A nação não estaria completa enquanto não houvesse uma harmonia entre os seus concidadãos. O negro, mesmo o escravo, fazia parte do tecido social brasileiro, o que tornava qualquer debate acerca do desenvolvimento da nação inócua enquanto tal situação não fosse solucionada. Além disso, a escravidão impunha barreiras ao apelo que se fazia para a imigração européia, ponto chave no que se refere a discussão do projeto de nação pensado por Nabuco e posteriormente desenvolvido pelo governo republicano.

Ademais, o autor entendia que o Estado deveria ter o controle dessa reforma social, garantindo, por meio da legalidade, que esta ocorreria de forma coordenada e sem maiores riscos para a manutenção do *status quo* daquela sociedade. Para isso dizia ser necessário um governo forte, centralizado, com autoridade e abrangência suficientes para empreender esse desafio tanto face uma determinada elite econômica que ainda se apegava à continuidade da escravidão, quanto à elites regionais com tendências separatistas históricas.

Após os eventos de 1888 e, principalmente, de 1889, passa a preocupar-se com outra ameaça à nação brasileira: a sua fragmentação territorial. Diante das diversas facções políticas e interesses econômicos que se espalhavam pelo Brasil, Nabuco temia que um governo que não tivesse força nem representatividade o bastante dentro de todo o território sob sua jurisdição, não conseguisse administrar as diversas tendências separatistas que surgiam e se insurgiam em diversas ocasiões e localidades.

A memória da experiência do governo regencial durante a década de 1830 talvez tenha sido fundamental para o desenvolvimento dessa perspectiva por parte de Nabuco. Como já foi aqui salientado, a experiência histórica era muitas vezes recuperada por Nabuco em suas

análises e prognósticos a respeito da nação. O contato com Ernest Rénan, com quem Nabuco trocou correspondências durante determinado período de sua vida, influenciou-o neste particular.

Por último, as políticas imperialistas desenvolvidas pelas potências européias e pelos Estados Unidos, principalmente a partir da década de 1890, representavam a outra visível ameaça à integridade ao território nacional. Uma nação desunida e com instabilidade política, nesse momento, apenas facilitaria a ação imperialista dessas potências.

Sua preocupação com esta última questão foi tamanha que, mesmo ainda não sendo favorável ao governo republicano, aceitou o convite para trabalhar na área da diplomacia, e ele mesmo ressaltou a necessidade de que políticos proeminentes, que compartilhassem também dos valores “clássicos”, utilizassem a sua experiência e o seu cabedal a favor da manutenção do território nacional.

Nota-se, logo, a importância que Nabuco delegava à presença de um governo centralizado e forte como fator principal na constituição da Nação brasileira. O Estado deveria sempre garantir a estabilidade da nação e seria o principal responsável pelo desenvolvimento da mesma. A partir do momento em que este Estado, no pensamento de Nabuco, tornou-se incapaz de garantir tais políticas, o foco de sua preocupação passou a ser a questão da integridade física ou territorial da nação, o chamado “corpo da nação”.

Com relação à Turner e aos Estados Unidos, pode-se considerar que as preocupações foram relativamente similares, sendo entretanto os seus agentes completamente diferentes. Pode-se identificar em Turner preocupações acerca da unidade nacional, da própria conformação do tecido social norte-americano, e, posteriormente, referências sobre a própria unidade política daquela nação nortista.

Em sua famosa tese sobre a influência da “fronteira” na conformação da sociedade norte-americana, Turner salientou um fator dentro da história norte-americana que, de certa maneira, pudesse ser incorporado pelos mais diversos grupos étnicos, sociais e religiosos que formavam a nação norte-americana. O “mito da fronteira” serviria, ao mesmo tempo, para explicar e agregar a sociedade norte-americana, que ainda enfrentava as questões expostas pela Guerra Civil, como as clivagens sociais e étnicas presentes nos diversos estados da União; um papel que, em analogia, poder-se-ia comparar ao que a monarquia representou no pensamento de Nabuco. No entanto Turner delegava pouca atenção para as questões sociais expostas ao fim da Guerra Civil e ignorava a questão do negro, buscando valorizar a herança étnica teutônica.

Também buscou frisar o distanciamento da forma de sociedade norte-americana da européia. Havia uma necessidade em se afirmar uma identidade cultural ou “civilizacional” propriamente americana, independente da sua origem européia. Por isso Turner conferiu um certo papel “homogeneizante” ao movimento de conquista do Oeste. Ao longo dessa “marcha”, determinados aspectos que teriam sido formados nos agrupamentos sociais fronteiriços, como a democracia e o individualismo, seriam transmitidos através das novas gerações. Mesmo quando tais sociedades primitivas já tivessem se desenvolvido e se tornado mais complexa, tais valores continuariam e iriam, com o tempo, atingir com o tempo as próprias sociedades iniciais da costa atlântica, que ainda guardariam as maiores semelhanças com as sociedades européias, complexas e aristocráticas.

Porém, as diferenciações existentes dentro da sociedade norte-americana, subdividida em diversas “seções” do território, tornaram-se ainda mais numerosas após a conquista do Oeste. O sentido “homogeneizante” que Turner apregoou a essa marcha de fato não ocorreu e, conforme as sociedades formadas no Oeste tornaram-se mais complexas, mais e mais “seções” com interesses econômicos, políticas e religiões diferentes e por vezes conflitantes entre si tal proposta inviabilizou-se por completo .

Em textos seus posteriores à virada do século XIX para o XX, principalmente no que foi escrito na década de 1920, Turner passou a operar com a questão do “secionalismo”, de maneira a incorporá-lo à interpretação da história oficial norte-americana, inclusive salientando a importância dos aspectos geográficos como definidores de um tal fenômeno. Aqui, o autor trabalhou de maneira a não mais a negar ou minimizar tal “secionalismo”, mas sim a delegar-lhe uma devida relevância como elemento componente e até mesmo explicador do desenvolvimento da sociedade norte-americana.

Apenas neste momento, então, Turner se ocupou de identificar quais os fatores que teriam levado tais “seções” a permanecerem unidas sob uma mesma nação, e procurou discernir qual o melhor caminho para que as desejadas união e integridade territorial dentro da nação pudessem ser mantidas.

Referências:

-
- 1 - Baseada na “Cronologia” escrita por Raymundo Faoro em NABUCO, J.; **Um Estadista do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v.; no verbete “Joaquim Nabuco” presente em VAINFAS, R. (dir.); **Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 749 p.; e na biografia disponibilizada no *site* da Fundação Joaquim Nabuco (www.fundaj.gov.br).
 - 2 - MELLO, M. T.C.; **Com o Arado do Pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2004. 294 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
 - 3 - Conceito trabalhado por Angel Rama que designaria a consolidação do vínculo com a economia-mundo ocidental. RAMA, A., **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985, 156 p.
 - 4 - Categoria abrangente que determina, de uma maneira geral, os profissionais mais propensos à promoção do nacionalismo. Seriam eles os professores, jornalistas e profissionais liberais. Ver PAMPLONA, M.A., Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. **Estudos Históricos**, n. 32, p. 3-31, 2003.
 - 5 - Conforme nos diz Rama, havia o mito, criado e defendido pelas elites letradas, de que eles seriam “os que mais entendem de assuntos políticos e dos negócios públicos das sociedades”, elemento que seria definidor no caráter da intelectualidade brasileira e latino-americana. *Op. cit.*, p. 105.
 - 6 - Nabuco, **Um Estadista do Império**, p. 1073.
 - 7 - Autor do verbete “Questão Religiosa” do **Dicionário do Brasil Imperial**.
 - 8 - Mello, *op. cit.*, p. 13.
 - 9 - Nabuco, *op. cit.* p. 966.
 - 10 - Mello, *op. cit.* pp. 114-89.
 - 11 - *Ibidem*.
 - 12 - Joaquim Nabuco *apud* Mello, *Ibidem*, p. 157.
 - 13 - Utilizo esse termo sem atribuir-lhe significado pejorativo.
 - 14 - SOUZA, M.M.; **Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner**. Rio de Janeiro, 2003. 76 p. Dissertação (Mestrado e História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
 - 15 - BENDER, T.; “Nova York em Teoria”, in BERLOWITZ, L., DONOGHUE, D., MENAND, L.; **A América em Teoria**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. 284 p.

16 - Este texto, assim como os demais textos de Turner aqui trabalhados, está presente em KNAUSS, P. (org.); **Oeste americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner**. Niterói-RJ: EdUFF, 2004. 128 p.

17 - No seu famoso texto sobre o significado da fronteira, o primeiro analisado neste trabalho.

Referências Bibliográficas:

BENDER, T.; “Nova York em Teoria”, in BERLOWITZ, L., DONOGHUE, D., MENAND, L.; **A América em Teoria**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. 284 p.

COSTA, J.F.; **Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Record, 1968. 324 p.

KNAUSS, P. (org.); **Oeste americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner**. Niterói-RJ: EdUFF, 2004. 128 p.

MELLO, M. T.C.; **Com o Arado do Pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2004. 294 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NABUCO, J.; **O Abolicionismo**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 172 p.

_____; **Um Estadista do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v.

NEVES, M.S., HEIZER, A.; **A Ordem é o Progresso: o Brasil de 1870 à 1910**. 14. ed. São Paulo: Atual, 2004. 97 p.

PAMPLONA, M.A., Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil. **Estudos Históricos**, n. 32, p. 3-31, 2003.

RAMA, A.; **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 156 p.

SALLES, R.; **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2002. 343 p.

SILVA, L.D. (org.); **Nabuco e a República**. Recife-PE: Ed. Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1990. 173 p.

SOUZA, M.M.; **Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner**. Rio de Janeiro, 2003. 76 p. Dissertação (Mestrado e História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VAINFAS, R. (dir.); **Dicionário do Brasil Imperial 1822 – 1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 749 p.